

Eleições Europeias e Política Nacional: Lições Retiradas das “Novas” Democracias do Sul da Europa*

André Freire**

Introdução: Principais objectivos do artigo

As eleições europeias de 2004 (PE) assinalaram uma grande mudança na existência da União Europeia (UE): devido ao alargamento da União, dez novos estados-membros participaram nessas eleições. Desses países, oito são considerados democracias em consolidação que, até ao início dos anos 90, se encontravam sob um regime comunista autoritário. Por conseguinte, tiveram as suas primeiras eleições europeias cerca de catorze anos depois das suas primeiras eleições democráticas. As novas democracias do Sul da Europa que, por seu turno, também são estados-membros da UE (Grécia, Portugal e Espanha), partilham algumas características com as oito democracias pós-comunistas, que podem ser relevantes para o estudo das eleições para o PE. Em primeiro lugar, iniciaram a sua transição para a democracia em meados dos anos 70. Consequentemente, partilham uma mesma herança autoritária comum com as novas democracias em consolidação do Leste e do Centro da Europa. Em segundo lugar, realizaram as suas primeiras eleições para o PE pouco tempo depois das suas primeiras eleições democráticas nacionais. Entre 1981/87 e 2004, ocorreram nas novas democracias do Sul da Europa cinco (Portugal e Espanha) e seis (Grécia) eleições europeias. Assim sendo, as questões colocadas no âmbito da nossa investigação decorrem essencialmente dessas características.

* Título original “European Elections and National Politics: Lessons from the “New” Southern European Democracies”, publicado pela primeira vez no *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 17 (1): 101-122.

A Revista *Perspectivas* agradece a autorização concedida pelo *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, para publicação em língua portuguesa deste texto da autoria conjunta de André Freire (ISCTE) e de Eftichia Teperoglou (National and Kapodistrian University of Athens).

Tradução científica de Fernando Alves (falves@ilch.uminho.pt). Revisão científica de Isabel Estrada e André Freire.

** Professor Auxiliar no ISCTE, investigador no CIES-ISCTE. Autor de *Esquerda e Direita na Política Europeia: Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*. (2006). Lisboa: ICS.

O enquadramento teórico deste artigo tem, sobretudo, como base a perspectiva que foi primeiramente apresentada por Reif e Schmitt (1980), na sequência das primeiras eleições para o PE realizadas em 1979, isto é, o chamado modelo de eleições de segunda ordem. As eleições de primeira ordem são aquelas em que há muito em jogo, isto é, o controlo do poder executivo (Eijk e Franklin, 1996; e Marsh, 1998). Devido à sua natureza de segunda ordem, as eleições europeias são normalmente disputadas pelos mesmos actores, sublinhando essencialmente os mesmos problemas (nacionais) e subalternizando os problemas europeus. Assim, o comportamento eleitoral é basicamente estruturado e contextualizado pelos mesmos factores da oferta que caracterizam as eleições nacionais de primeira ordem. Contudo, nem todas as restrições contextuais activas durante as eleições de primeira ordem encontram-se necessariamente activas nas eleições para o PE: nomeadamente, não existem, de um modo geral, restrições em termos de formação de governo; além disso, uma vez que as eleições europeias não têm consequências de importância assinalável para a política nacional (ou europeia), os eleitores encontram-se mais livres para “votar com o coração” do que nas eleições de primeira ordem, onde votam frequentemente “com a cabeça”. Existem basicamente três grandes “formas” de votar nas eleições europeias: “votar com a cabeça”, “votar com o coração” e “votar com os pés” (Franklin, 2005: 4-6). “Votar com a cabeça” é quando os eleitores tomam em linha de conta as considerações táticas (de forma a não desperdiçar votos em partidos que, provavelmente, não terão grande importância na formação de governo; e, como tal, evitando votar naqueles que podem ter um efeito destabilizador no Parlamento); “Votar com o coração” significa votar no seu partido preferido, independentemente de quaisquer considerações táticas; “Votar com os pés” significa, frequentemente, votar em protesto contra o governo oficial, a classe política, os programas e/ou os candidatos dos partidos em que os eleitores votam normalmente, ou apoiar uma determinada política em particular (Franklin, 2005: 4-5).

Nas eleições para o PE, a maioria dos eleitores “vota com a cabeça” (reflectindo, dessa forma, o seu comportamento eleitoral verificado em eleições de primeira ordem) (Franklin, 2005: 6). Nestas eleições, o número daqueles que votam com o coração ou em protesto varia de acordo com muitos factores, em especial a própria altura do ciclo eleitoral nacional. As eleições de segunda ordem permitem que os eleitores desertem dos partidos em que normalmente votariam em eleições de primeira ordem (Franklin, 2005: 6). Franklin admite dois grandes resultados possíveis decorrentes dessas oportunidades de deserção/infidelidade eleitoral durante as eleições europeias. Em primeiro lugar, “(...) a própria experiência de votar de forma diferente acabará por afectar a socialização global e atrasar ou evitar a aquisição de fortes apoios partidários nacionais (Franklin, 2005: 7).” Esse primeiro efeito pode ser especialmente perturbador para as novas democracias, já que cria grandes dificuldades para a estabilização dos sistemas políticos e partidários, nomeadamente através do atraso ou, inclusive, impedindo o estabelecimento de padrões estáveis de comportamento eleitoral. Em segundo lugar, “(...) é possível que as diferentes experiências de socialização destes jovens votantes afectem apenas o seu comportamento nas eleições para o PE, acabando por contribuir para a noção de que estas eleições são diferentes, isto apesar de lhes permitir a aquisição de um apoio partidário suficientemente forte nas eleições nacionais, tal como nas coortes ou gerações mais velhas (Franklin, 2005: 7).” Um estudo recente centrado nas medidas de volatilidade agregada mostra apenas algumas ligeiras diferenças entre as eleições de primeira ordem e as eleições europeias (Caramani, 2006), embora se saiba que os índices de volatilidade baseados em dados

agregados representam apenas medidas bastante genéricas e rudimentares dos fluxos eleitorais entre as eleições (regressaremos a este assunto mais adiante).

Tendo como base as novas democracias do Sul da Europa, este artigo tem três objectivos fundamentais. Em primeiro lugar, o artigo analisa o impacto a curto e a longo prazo dos factores nacionais em termos do comportamento eleitoral verificado nas eleições para o Parlamento Europeu (PE). Em segundo lugar, o artigo avalia a especificidade do comportamento eleitoral nas eleições europeias, em relação ao comportamento eleitoral verificado em eleições de primeira ordem, nomeadamente ao nível da forma como as oportunidades de deserção/infidelidade eleitoral nas eleições europeias são, na realidade, utilizadas pelos eleitores. Por último, o artigo analisa o impacto do comportamento eleitoral nas eleições para o PE em termos da ancoragem do voto partidário entre a cidadania nas novas democracias. Concretamente, em termos de impacto a curto e a longo prazo dos factores nacionais sobre o comportamento eleitoral no que concerne às eleições europeias, que lições gerais podem ser extraídas do estudo longitudinal destas eleições realizadas na Grécia, Portugal e Espanha? O que podemos aprender sobre o impacto a longo prazo que o comportamento eleitoral em eleições europeias tem sobre a política eleitoral nacional? Melhor dizendo, em termos mais latos, que lições conseguimos retirar acerca das inter-relações entre as eleições de primeira e segunda ordens ao nível das novas democracias? Devido à sua natureza de segunda ordem¹, as eleições europeias possibilitam a deserção/infidelidade eleitoral, sem grandes consequências para o sistema político (nacional). Contudo, nas novas democracias, especialmente nas primeiras décadas dos novos regimes, este pode ser um dado perturbador para a consolidação dos laços entre os eleitores e os partidos políticos e, conseqüentemente, para a estabilização do próprio sistema partidário. Por conseguinte, ao estudar as “novas” democracias do Sul da Europa, ao longo das suas primeiras três décadas de democracia, conseguimos retirar algumas lições sobre o impacto das eleições para o PE na estabilização da ancoragem do apoio partidário nas novas democracias, algo que, de alguma forma, pode ser útil para os estados membros pós-comunistas. Como tal, o principal objectivo deste artigo é analisar, numa abordagem simultaneamente longitudinal e comparativa, as inter-relações existentes entre o comportamento eleitoral em eleições legislativas e europeias nas novas democracias do Sul da Europa e, ao mesmo tempo, procurar retirar algumas lições para os novos estados-membros da UE que estão, actualmente, a consolidar as suas democracias.

Tendo em conta o que foi previamente dito, torna-se agora evidente a razão pela qual centramos a nossa atenção nas inter-relações a longo prazo entre o comportamento eleitoral em eleições nacionais e europeias nas novas democracias do Sul da Europa. De facto, estamos particularmente interessados em analisar o impacto do comportamento eleitoral nestas eleições de segunda ordem em termos de consolidação a longo prazo do apoio partidário nas novas democracias. A existência (ou ausência) de um impacto relevante (e a longo prazo) do comportamento eleitoral em eleições para o PE ao nível da ancoragem do voto partidário pode ter especial interesse para as novas democracias pós-comunistas, sobretudo no que se refere às lições a retirar para a estabilização do seu próprio sistema partidário. Por outro lado, estas lições não podem simplesmente resultar do estudo das inter-relações a curto prazo entre o comportamento eleitoral em eleições nacionais e europeias nas novas democracias pós-comunistas (Schmitt, 2005), precisamente porque estamos a falar de impactos a longo prazo. Além disso, o modelo de eleições de segunda ordem (Reif e Schmitt, 1980) não faz

quaisquer previsões no que se refere às inter-relações a longo prazo entre o comportamento eleitoral nas eleições nacionais e europeias. Esta é outra razão que nos leva a considerar o nosso estudo como inovador em relação aos estudos anteriores. Existe um estudo recente (Caramani, 2006), que analisa as eleições para o PE (face às eleições de primeira ordem), e que, por sua vez, utiliza uma perspectiva longitudinal, embora o seu âmbito seja diferente do nosso, porque analisa apenas a volatilidade eleitoral.

Os Sistemas Eleitorais nas Eleições Legislativas e Europeias

As eleições legislativas gregas ocorrem sob um sistema eleitoral de representação proporcional, paradoxalmente chamado de "sistema de representação proporcional reforçada" (em vigor desde 1958). Ao contrário dos sistemas eleitorais português e espanhol, que têm um só segmento (*single-tiered*), o sistema eleitoral grego tem mais de dois segmentos (*multi-tiered*). O sistema grego mudou significativamente desde 1974, segundo os critérios de Lijphart (1994: 47-49). Para as eleições de 1989-90, foi aplicado um sistema menos desproporcional (Nikolakopoulos, 1989: 94): o "limiar efectivo"² foi de 3,3 (Lijphart, 1994: 74, e 71-89); entre 1977 e 1985, o "limiar efectivo" variou entre 14,7 e 18,8 (Lijphart, 1994: 87). Desde as eleições legislativas de 1993, o sistema eleitoral usado tem sido bastante semelhante ao sistema usado em 1985.

Os sistemas eleitorais presentes nos diferentes tipos de eleições portuguesas são bastante similares, excepto nas eleições presidenciais (Freire, 2004). Tanto as eleições legislativas como as europeias são disputadas segundo o sistema de D'Hondt de representação proporcional (RP) e com listas fechadas. Desde 1975, a única mudança significativa verificada no sistema eleitoral das eleições legislativas consistiu na redução no número de deputados a partir das eleições de 1991, passando de 250 para 230. Esta última alteração conduziu a uma redução da magnitude média dos círculos eleitorais.

O sistema eleitoral espanhol adoptado para as eleições legislativas é o sistema de D'Hondt de representação proporcional (RP), com listas fechadas. Para além disso, não ocorreu qualquer alteração significativa, desde que este sistema foi aplicado pela primeira vez em 1977 (Lijphart, 1994: 59; Montero, 1994 e 1998). Existem 350 assentos parlamentares em disputa, num total de 52 distritos eleitorais (Lijphart, 1994: 59).

Os sistemas eleitorais grego e espanhol obtêm resultados semelhantes aos que são visíveis em sistemas maioritários, sendo que os níveis de desproporcionalidade são, nomeadamente, mais elevados do que os que se verificam em Portugal (Montero, 1994 e 1998; Lopes e Freire, 2002: 153; Mavrogordatos, 1984:163). Relativamente a esta questão, o caso espanhol mantém-se entre Portugal e a Grécia. Quando se compara o sistema eleitoral grego com o português e o espanhol, de imediato são visíveis duas diferenças: votar é obrigatório na Grécia (embora com uma aplicação pouco rígida), e é autorizado o voto preferencial.

Além disso, no caso espanhol, a clivagem centro/periferia é bastante forte e, por esse motivo, há vários partidos políticos regionais/nacionalistas espalhados por todo o país, especialmente nas regiões históricas (o País Basco, a

Catalunha e, embora com menor incidência, na Galiza). Estes partidos são muito pequenos a nível nacional, muito embora, na maioria das vezes, sejam suficientemente grandes na sua região para conseguirem alcançar uma representação parlamentar e, acima de tudo, serem tratados de forma justa pelo sistema eleitoral. Pelo contrário, os partidos médios e pequenos com uma votação mais dispersa a nível geográfico acabam por ser os mais penalizados pelo sistema eleitoral espanhol (Montero, 1994 e 1998).

Em relação às eleições europeias realizadas nestes três países, através de um único círculo eleitoral, o estado elege 24 eurodeputados por Portugal e pela Grécia (24 assentos para Portugal: 1987-89 e 2004; e 25 assentos, 1994-99; 24 assentos para a Grécia: 1981-1989 e 2004; e 25 assentos: 1994-99) e 54 eurodeputados pela Espanha (60 assentos: 1987-89/1989-94; 64 assentos: 1994-99; e 54 assentos: 2004). As eleições para o PE decorrem sob um sistema de representação proporcional com listas fechadas. Apenas na Grécia existe um limiar legal (3%), que foi introduzido pela primeira vez em 1994 (e, desde então, assim permaneceu nesse valor). O limiar efectivo para Portugal (1987-89: 3%) e para Espanha (1987-89: 1,2%) é igual ou muito semelhante ao usado na Grécia.

Tendo em conta as características dos sistemas eleitorais nas eleições legislativas gregas e espanholas (que são muito mais desproporcionais do que em Portugal) e nas eleições europeias desses mesmos países (que são basicamente semelhantes às portuguesas), é possível afirmar que na Grécia, ao contrário de Portugal, os partidos pequenos ou médios/pequenos têm muito mais hipóteses de conseguirem ser eleitos nas eleições para o PE do que nas legislativas. No caso espanhol, este último aspecto só se verifica verdadeiramente nos partidos médios ou pequenos com votos dispersos a nível geográfico (PCE/IU, CDS). Contudo, relativamente aos partidos regionalistas que, na sua grande maioria, beneficiam da concentração geográfica dos seus votos nas eleições nacionais, é muito mais difícil de alcançar uma representação nas eleições europeias do que nas legislativas. É por esta razão que estes partidos concorrem normalmente coligados às eleições para o PE (Colomé, 2005; Espindola e Garcia, 2005).

Os Sistemas Partidários nas Eleições Legislativas e Europeias

O sistema partidário grego tem sido caracterizado por um alinhamento alicerçado em três blocos, embora a corrida ao poder executivo tenha sido sempre bipolar (Lyrantzis, 1984 e Mavrogordatos, 1984). Mais especificamente, os principais partidos são os seguintes: o partido de centro-direita Nova Democracia (ND), o partido de centro-esquerda Movimento Socialista Pan-Helénico (PASOK) e o Partido Comunista Grego (KKE).

A política democrática portuguesa tem sido dominada por quatro grandes partidos (Bruneau et. al., 2001): o Partido Socialista (PS), de centro-esquerda; o Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita; o PCP, um partido comunista ortodoxo; e um partido de direita, o CDS-PP (Centro Democrático Social – Partido Popular).

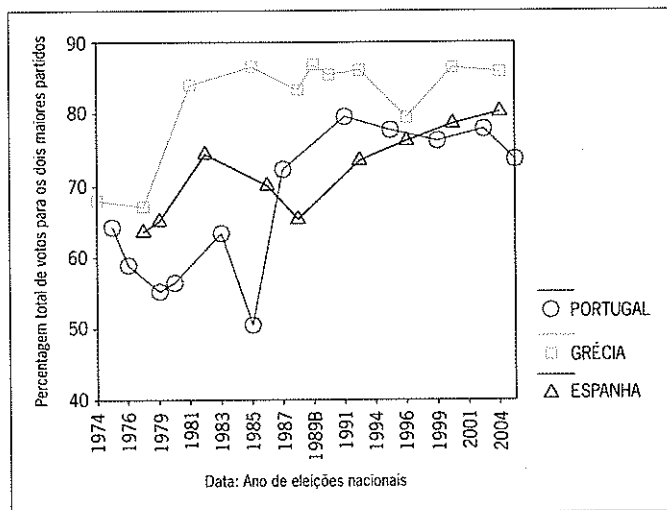
O sistema partidário espanhol tem sido dominado a nível nacional por dois partidos, que têm estado alternadamente no poder: o Partido Socialista de centro-esquerda (PSOE) e o partido de direita conservador, o Partido Popular (PP). O PSOE sempre foi o maior partido da esquerda. Porém, à direita do espectro ideológico, a situação era bastante diferente

antes de 1982 (data que assinala uma eleição crítica e instauradora de um novo alinhamento político). Até 1979, o partido de centro-direita UCD (União do Centro Democrático) dominava a ala direita do espectro ideológico, apesar de existir outro partido de importância relevante (a AP: Aliança Popular, mais concretamente o antecessor do PP). Em 1982, a UCD desfez-se, sobretudo devido a divisões internas; uma das suas facções acabou por formar o CDS (Centro Democrático Social), um partido de centro-direita que não consegue representação parlamentar desde 1993. Contudo, o PP tem dominado a direita do espectro ideológico desde 1982. No entanto, devido à importância e ao número de partidos regionais, assim como à presença de partidos nacionais mais pequenos, embora extremamente relevantes (os Comunistas: o PCE/IU; a AP, 1977-79; e o CDS, 1982-89), o sistema partidário espanhol pode ser caracterizado como um pluralismo moderado (Bruneau et.al. 2001; Montero, 1994). Para mais informações sobre os partidos destes três países, consulte a Tabela A.1 no Apêndice.

Por outro lado, os pequenos partidos e os micro-partidos, tanto da direita como da esquerda, têm persistido no panorama político grego, português e espanhol. A percentagem total de micro-partidos gregos é insignificante quando comparada com o desempenho dos micro-partidos portugueses e espanhóis (neste último país, a categoria inclui, sobretudo, vários partidos regionalistas: o PNV, o HB, a CiU, a ERC e o BNG), muito provavelmente devido aos elevados limiares de representação parlamentar no sistema eleitoral grego.

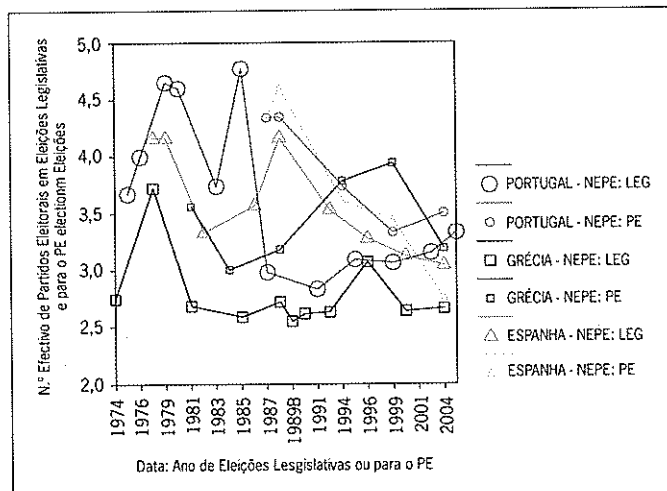
Mesmo considerando a fundamental transformação do sistema partidário português segundo uma orientação maioritária, desde 1987, podemos afirmar que existem duas importantes características estruturais que distinguem a evolução do sistema partidário português do grego. Em primeiro lugar, o maioritarismo começou muito mais cedo na Grécia; em segundo lugar, o maioritarismo sempre foi muito mais forte na Grécia (Figuras 1 e 2; Bruneau, et al, 2001). A "representação proporcional reforçada" é, indubitavelmente, um elemento importante na explicação destas duas diferenças. A Espanha situa-se entre estes dois pólos. Após um sistema partidário mais fragmentado ("pluralismo moderado"), associado a um governo de um só partido (apoiado por uma maioria simples) até 1982, o sistema conheceu várias tendências na direcção do maioritarismo: o PSOE conquistou, com três maiorias absolutas, o Parlamento (1982-1989) (Montero, 1994). Contudo, este último período pode ser adequadamente descrito como sendo caracterizado por um "sistema de partido dominante". Só a partir de 1993 é que a concentração de votos nos dois maiores partidos permitiu alcançar algo semelhante a um formato bipartidário (Figura 1).

FIGURA 1. Tendências Bipartidárias em Eleições Legislativas



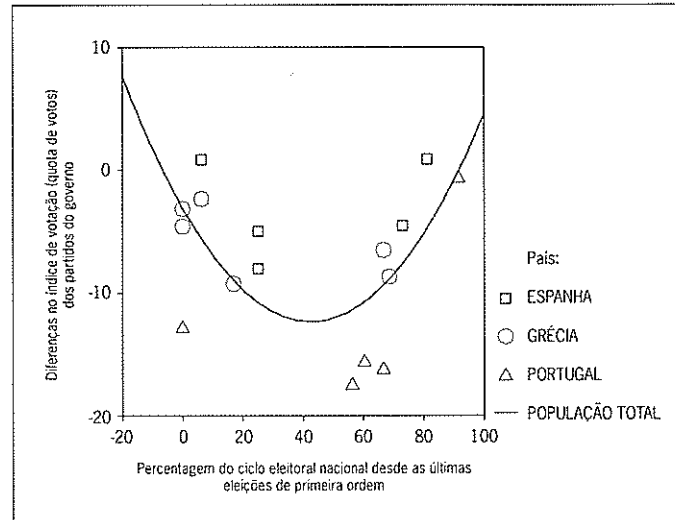
Fontes: Dados elaborados e coligidos pelos autores a partir dos resultados eleitorais oficiais, disponíveis em www.cne.pt, no caso de Portugal; www.ypes.gr no caso da Grécia; e http://electionresources.org/es/index_en.html, <http://www.elec2004.mir.es/>, e Montero, 1998: 42 (apenas para o Número Efectivo de Partidos Eleitorais e Parlamentares em Eleições Legislativas, entre 1977-96), no caso de Espanha.

FIGURA 2. Número Efectivo de Partidos em Eleições Legislativas e Europeias



Fontes: consultar Figura 1 acima.

FIGURA 3. Eleições Europeias e o Ciclo Eleitoral Nacional, 1981-2004



Fontes: consultar Figura 1 acima.

Nota: para os índices de votação (quota de votos) dos partidos do governo, considerámos apenas aqueles partidos com assento no Executivo (mesmo que o partido ou partidos no governo tenham recebido apoio extra-parlamentar de outros partidos).

Tal como é possível verificar na Figura 1, nos três países mencionados, pelo menos desde finais dos anos 80/princípios dos anos 90, existe uma tendência claramente bipartidária. Assim sendo, será que os desenvolvimentos no sistema partidário que ocorreram nas eleições legislativas também aconteceram nas eleições para o PE? A Figura 2 mostra as tendências verificadas no “número efectivo de partidos eleitorais” nas eleições gregas, portuguesas³ e espanholas (legislativas e europeias).

Comparando as eleições legislativas portuguesas e europeias em termos de tendências no NEPE, o Número Efectivo de Partidos Eleitorais (Figura 2), vemos que existe uma clara sincronicidade. Nos dois tipos de eleições, há uma clara tendência maioritária com uma redução significativa no número efectivo de partidos. Além disso, o que parece ser uma ligeira mudança de tendências nas mais recentes eleições legislativas (1999-2005) acaba por se reflectir igualmente nas mais recentes eleições para o PE (1999-2004). Aliás, constata-se que as eleições europeias parecem estar a perder o seu carácter distintivo em relação às eleições de primeira ordem. É, no entanto, difícil afirmar se este é um indicador de uma nova era para a política portuguesa. Ainda assim, a médio/longo prazo, as eleições de primeira ordem parecem estar a contaminar as eleições para o PE, uma característica que não estava prevista na teoria das eleições de segunda ordem, uma vez que este modelo não faz previsões longitudinais. Nas eleições legislativas espanholas, entre 1989 e

2004, existiu também uma ligeira tendência maioritária ao nível do sistema partidário (Figura 2); de igual forma, esta tendência tem-se reflectido também nas eleições europeias. Além do mais, refira-se que, em 2004, o NEPE é ainda mais baixo nas eleições para o PE do que nas eleições legislativas.^{4, 5}

Embora o modelo de eleições de segunda ordem não tenha previsto o alastramento dessa tendência maioritária das eleições legislativas para as europeias (conforme observado em Portugal e Espanha), acreditamos que se trata de um fenómeno que, no entanto, poderá ser integrado dentro desse enquadramento teórico. É necessário ter em conta que, em termos de recursos financeiros do estado, visibilidade nos *media* e estrutura organizacional, as eleições de primeira ordem são bastante mais importantes do que as eleições para o PE (Eijk e Franklin, 1996, Deloyé, 2005, Lodge, 2005, Magone, 2005, Espindola e Garcia, 2005, Kavakas, 2005). Logo, se alguns partidos perderem a sua importância e força a nível nacional, esta situação tende a influenciar os outros níveis de poder (a não ser que sejam partidos cuja agenda está especialmente centrada nas questões europeias; ou cuja agenda está centrada no outro nível de poder em causa, por exemplo ao nível de questões regionais).

No que diz respeito às eleições legislativas na Grécia (Figura 2), constata-se que, desde 1981, as variações temporais no NEPE têm sido mínimas e que a estabilidade política tem sido uma característica dominante. Em termos de eleições para o PE, o cenário é diferente, uma vez que a quantidade de mudanças entre eleições é, normalmente, muito maior, provavelmente devido a um sistema eleitoral mais permissivo. Contudo, na Grécia (assim como em Portugal), os altos e baixos do NEPE ao nível das eleições europeias parecem seguir “tendências” semelhantes às observadas em eleições legislativas. Não obstante, parece existir, nestes três países, um certo contágio das eleições de primeira ordem sobre as eleições de segunda ordem, apesar de, na Grécia, este efeito assumir contornos mais próximos de uma natureza de curta duração.

Passemos então à análise do desempenho diferencial dos partidos políticos (ao longo de vários tipos de eleições), de acordo com a sua dimensão (Reif e Schmitt, 1980; Marsh, 1998; Eijk e Franklin, 1996). A primeira hipótese a ser testada é saber se, em média, os partidos pequenos (os partidos que pertencem à categoria “outros” na Tabela 1), médios (a Coligação da Esquerda e do Progresso, na Grécia; o PCP e o CDS, em Portugal) e médios/pequenos (KKE e SYN, na Grécia; IU e o partido regional CiU, mais o CDS e a UCD nos anos 80, em Espanha) sempre obtiveram, ou não, um melhor desempenho (isto é, uma maior percentagem de votos) nas eleições para o PE do que nas eleições legislativas. A segunda hipótese consiste em saber se os grandes partidos (ND e PASOK; PS e PSD; PSOE e PP) sempre tiveram, em média, melhores resultados nas eleições legislativas do que nas europeias.

TABELA 1. Percentagens Médias de Votação nos Partidos Políticos Gregos, Portugueses e Espanhóis, por Década, em Eleições Legislativas e Europeias

| Partidos Políticos | Tipos de Eleições | Anos 80 | Anos 90 | Anos 2000 | Anos 80-2004 (Média) |
|--------------------------|-------------------|---------|---------------------|-----------|----------------------|
| GRÉCIA | | | | | |
| ND+PASOK | Legislativas | 85,3 | 82,9 | 86,2 | 84,8 |
| (Grandes) | PE | 75,8 | 69,6 | 77,1 | 74,2 |
| Coligação ^(a) | Legislativas | 11,5 | – | – | 11,5 |
| (Médios) | PE | 14,3 | – | – | 14,3 |
| KKE + SYN ^(b) | Legislativas | 11,9 | 9,1 | 8,9 | 9,9 |
| (Médios/Peq.) | PE | 16,6 | 13,2 | 13,6 | 14,5 |
| Outros | Legislativas | 2,7 | 8,2 | 4,9 | 5,3 |
| (Pequenos) | PE | 8,4 | 17,2 ^(d) | 9,3 | 11,6 |
| PORTUGAL | | | | | |
| PS+PSD | Legislativas | 61,1 | 77,9 | 78,0 | 72,3 |
| (Grandes) | PE | 60,1 | 71,7 | 70,5 | 67,4 |
| PRD | Legislativas | 11,5 | 0,6 | – | 6,0 |
| (Médios) | PE | 4,4 | 0,2 | – | 2,3 |
| PCP+CDS | Legislativas | 26,5 | 16,1 | 15,6 | 19,4 |
| (Médios) | PE | 27,7 | 21,1 | 15,9 | 21,6 |
| Outros | Legislativas | 4,1 | 3,6 | 4,3 | 4,0 |
| (Pequenos) | PE | 6,6 | 4,0 | 9,2 | 6,6 |
| ESPAÑA | | | | | |
| PSOE+PP ^(c) | Legislativas | 70,0 | 75,0 | 79,5 | 74,8 |
| (Grandes) | PE | 62,3 | 73,0 | 84,8 | 73,4 |
| IU+CiU ^(d) | Legislativas | 10,5 | 14,8 | 8,9 | 11,4 |
| (Médios/Peq.) | PE | 10,0 | 14,1 | 4,7 | 9,6 |
| CDS+UCD ^(e) | Legislativas | 8,9 | – | – | 8,9 |
| (Médios/Peq.) | PE | 8,7 | – | – | 8,7 |
| Outros | Legislativas | 10,6 | 10,2 | 11,6 | 10,8 |
| (Pequenos) | PE | 19,0 | 12,8 | 10,5 | 14,1 |

^(a) A Coligação da Esquerda e do Progresso: o KKE (Partido Comunista Grego) com a Esquerda Grega, EAR (Verney, 1990).

^(b) Para a década de 80, os cálculos médios incluem o Partido Comunista Grego (KKE) e o partido euro-comunista KKE-Esoterikou (“do Interior”).

^(c) Para as eleições legislativas de 1982 e 1986, são calculadas, respectivamente, a Aliança Popular (a AP -PDP: Alianza Popular – Partido Demócrata Popular) e a Coligação Popular (a AP-PDP-PL: Coalición Popular). Para as eleições legislativas de 1989, é calculado o Partido Popular (o PP).

^(d) Para as eleições legislativas de 1982, é calculado o Partido Comunista Espanhol (o PCE: Partido Comunista de España). O partido da Esquerda Unida (IU: Izquierda Unida) foi fundado depois das eleições legislativas de 1982. Em 2004, os partidos espanhóis IU (Esquerda Unida) e CIU (Convergência e União da Catalunha) candidataram-se ambos em coligação: o IU-ICV-EUIA e GALEUSA (o PNV-CIU-BNG), respectivamente. Uma vez que, nas eleições europeias anteriores, estes dois partidos também se candidataram em coligação, utilizámos a seguinte regra para desagregar o voto: primeiro, considerámos o número total de assentos que a coligação recebeu; depois, calculámos a percentagem de assentos que cada partido membro da coligação recebeu (em relação ao número total de assentos na coligação); e, por fim, utilizámos a última proporção multiplicada pela votação total da coligação para desagregar os votos. Por exemplo, os lugares no PE para a IU-ICV-EUIA eram 2: IU – 1 (50%); ICV – 1 (50%); EUIA – 0 (0,0%). Uma vez que a votação total para a coligação era de 4,15%, calculámos a percentagem de votação da IU como a seguinte: $4,15 \cdot 0,5 = 2,075 = 2,1$

^(e) O desempenho da União do Centro Democrático (UCD: Unión de Centro Democrático) foi calculado apenas para as eleições legislativas de 1982, nas quais este se desfez. O Partido Centro Democrático Social (CDS) actuou como um partido médio/pequeno apenas nos anos 80. Para as eleições legislativas de 1993, são calculados os partidos pequenos/outros.

Fontes: dados elaborados a partir dos resultados eleitorais oficiais, disponíveis em www.vpes.gr, no caso da Grécia, www.cne.pt, no caso de Portugal e www.elec2004.mir.es, no caso de Espanha.

Em termos de desempenho dos diferentes partidos políticos gregos e portugueses, no que diz respeito à sua dimensão, as teorias sobre as eleições de segunda ordem tiveram sempre um apoio empírico (Tabela 1)⁶. Contudo, as diferenças são muito maiores no caso grego do que no português, algo que ocorre, provavelmente, devido às diferenças nos respectivos sistemas eleitorais.

No caso da Espanha, exceptuando a década iniciada no ano 2000, os grandes partidos tiveram sempre um melhor desempenho nas eleições legislativas do que nas eleições para o PE. Além disso, ainda na mesma década, os partidos espanhóis mais pequenos ("outros") tiveram sempre uma melhor *performance* nas eleições europeias do que nas legislativas (Tabela 1). Em qualquer caso, as diferenças são muito pequenas (muito mais baixas do que nos outros dois países), acabando por nunca ser estatisticamente significativas. Aliás, os dados referentes aos partidos espanhóis médios/pequenos (IU, CiU, UCD e CDS) não se encaixam no padrão esperado: estes partidos sempre tiveram um melhor desempenho em eleições de primeira ordem do que em eleições para o PE. A explicação para este padrão desviante em Espanha é a seguinte: excepto no caso da CiU, os partidos médios/pequenos têm vindo a perder apoio eleitoral nas eleições legislativas desde 1982. Este declínio ocorreu, pela primeira vez, em eleições legislativas, mas, mais tarde, tornou-se ainda mais visível nas eleições europeias. Assim, provavelmente devido às alterações a longo prazo no sistema partidário, a teoria das eleições de segunda ordem acabou por obter um apoio empírico bastante limitado.

O impacto a longo prazo das formas de votação na ancoragem do Apoio Partidário entre a Cidadania

Tal como já foi dito anteriormente, existem três grandes "formas" de votar nas eleições para o PE: "votar com a cabeça", "votar com o coração" e "votar com os pés". Nas eleições europeias, a maioria dos eleitores "vota com a cabeça" (Franklin, 2005: 6). Contudo, as eleições para o PE permitem aos votantes desertar dos partidos em que normalmente votariam nas eleições legislativas (acabando geralmente por "votar com o coração" ou "votar com os pés").

Como foi anteriormente dito, Franklin prevê dois eventuais efeitos destas possibilidades de deserção/infidelidade eleitoral ao nível das eleições para o PE. Em primeiro lugar, o uso de possibilidades de deserção/infidelidade eleitoral nas eleições europeias acabará por afectar a socialização dos jovens eleitores, tanto nas eleições para o PE, como nas legislativas, algo susceptível de atrasar ou evitar a aquisição de fortes apoios partidários nacionais. Este efeito global poderá criar dificuldades de extrema importância para a estabilização dos sistemas políticos e partidários nas novas democracias, graças ao atraso (ou até mesmo da prevenção) do estabelecimento de padrões estáveis em termos de comportamento eleitoral. Em segundo lugar, o recurso a possibilidades de deserção/infidelidade eleitoral por parte dos jovens eleitores afectará apenas o seu comportamento nas eleições europeias, permitindo-lhes, assim, adquirir "um apoio partidário tão forte nas eleições nacionais, tal como nas coortes mais velhas. (Franklin, 2005: 7)"

Através do desempenho diferencial dos partidos, de acordo com a sua dimensão, nas eleições de primeira ordem e europeias, tivemos oportunidade de constatar que os eleitores nas novas democracias do Sul da Europa usam, pelo

menos aparentemente, as possibilidades de deserção/infidelidade eleitoral nas eleições europeias, sobretudo nos casos da Grécia e de Portugal. É claro que, mesmo deixando de lado a participação eleitoral diferencial (que pode ter um impacto significativo no desempenho dos diferentes tipos de partidos), estas medidas são, na melhor das hipóteses, meras medidas gerais de deserção/infidelidade eleitoral, uma vez que não têm em conta as transferências de votos (a nível individual) que acabam por ser anular reciprocamente (e, como tal, não são visíveis no nível agregado). Consequentemente, será necessário avaliar o nível de comportamento eleitoral desleal nas eleições para o PE através da utilização de dados a nível individual.

A análise do nível da “quase deserção eleitoral/quase transferência de voto” (*quasi-switching*) é uma forma de conduzir essa avaliação (esta é medida através da comparação entre o voto passado em eleições para o PE e a intenção de voto numa hipotética e simultânea eleição nacional). “Tendo em conta que esses eleitores (os desertores/infieis nas eleições europeias) geralmente votam de forma diferente do que teriam feito numa eleição nacional simultânea, foram caracterizados como estando envolvidos num cenário de “quase deserção eleitoral/quase transferência de voto” (Franklin, 2005: 5-6).” A principal expectativa é a seguinte: “seria expectável observar um aumento nos níveis de “quase deserção eleitoral/quase transferência de voto” à medida que a passagem do tempo faz com que os eleitores abandonem (através da morte ou doença) um tipo de eleitorado que foi gradualmente desenvolvendo hábitos mais rígidos de voto, e à medida que vai aumentando o número de eleitores que experimentaram o voto nas eleições europeias durante os seus anos de formação (Franklin, 2005: 7).”

De acordo com os dados processados por Franklin (2005: 9), e considerando apenas aqueles que votaram nas eleições europeias, os níveis de “quase deserção eleitoral/quase transferência de voto” correspondentes aos anos de 1989, 1994, 1999 e 2004 são os seguintes: 8,1%, 12,4%, 9,6% e 8,6%, na Grécia; 9,7%, 12,7%, 7,5% e 42,8%, em Portugal; 22,2%, 12,5%, 15,5% e 10,8%, em Espanha. Excepto no caso de Portugal, que teve, surpreendentemente, um elevado nível de “quase deserção eleitoral/quase transferência de voto” em 2004, não há um aumento geral no nível da “quase deserção eleitoral/quase transferência de voto” e, de igual forma, também não existem tendências lineares a esse respeito. Assim sendo, por um lado, o nível de “quase deserção eleitoral/quase transferência de voto” parece depender da conjuntura política. Por outro lado, os dados a nível individual relacionados com a “quase deserção eleitoral/quase transferência de voto” demonstram alguma propensão por parte dos eleitores em desertar nas (hipotéticas) eleições nacionais legislativas. Além disso, a “quase deserção eleitoral/quase transferência de voto” pode ser encarada como uma simples subestimação do comportamento eleitoral desleal: os eleitores não sentem os mesmos níveis de restrições numa hipotética eleição nacional, tal como numa eleição verdadeira.

Porém, será que esse aparente comportamento eleitoral desleal teve algum impacto sobre o comportamento eleitoral legislativo? Se sim, será que teve importantes consequências em termos de estabilização dos sistemas políticos e partidários nas novas democracias do Sul da Europa, pela forma como atrasou ou, inclusive, evitou o estabelecimento de padrões estáveis em termos de comportamento eleitoral? Para responder a estas questões, utilizaremos simultaneamente as medidas agregadas da volatilidade eleitoral, bem como, a nível individual, os indicadores do nível de ancoragem social e ideológica do voto partidário entre a cidadania.

No nível agregado, serão utilizados os conceitos de volatilidade eleitoral total, intra e inter-bloco (Bartolini e Mair, 1990, pp. 17-52 e 313-314). Tendo em conta que as eleições de segunda ordem podem ser usadas pelos eleitores para expressar o seu descontentamento perante o governo no poder, e considerando que essas eleições não têm consequências directas para a formação do governo nacional, é possível que os eleitores se sintam mais livres para alterar as suas opções de voto em eleições de segunda ordem do que propriamente em eleições de primeira ordem. Esperamos que isto possa acontecer tanto em termos de oscilação de votos dentro do mesmo quadrante ideológico (volatilidade dentro do bloco), como entre a fronteira esquerda-direita (volatilidade inter-bloco: VB). Repare-se, a propósito, que a soma da volatilidade dentro do bloco e inter-bloco dá-nos a volatilidade total (VT). Os resultados verificados no caso de Portugal (1975-2002) foram em sentido contrário ao previsto: tirando algumas pequenas excepções, a VT normalmente representa um papel maior nas eleições legislativas do que nas eleições para o PE, nalguns casos bastante maior; no caso da VB, os resultados foram igualmente negativos, muito embora, neste caso, o cenário se apresente um pouco menos claro (Freire, 2004). No caso da Grécia e da Espanha, e considerando a média da VT nas eleições nacionais e europeias, correspondente a essa período completo (1981/87-2004), Caramani (2006: 5) concluiu que a VT foi mais elevada nas eleições nacionais do que nas eleições para o PE, apesar de as diferenças serem relativamente pequenas (o autor constatou exactamente o cenário oposto para os 12 estados-membros da UE: ou seja, regra geral, verificou-se uma VT mais elevada nas eleições europeias do que nas nacionais, excepto na Finlândia, no Luxemburgo e nos Países Baixos, onde ocorreu o contrário). No caso português, a média da VT foi muito mais alta nas eleições nacionais do que nas eleições para o PE (Caramani, 2006: 5).

De um modo geral, numa perspectiva comparativa e longitudinal, a Grécia, Portugal e Espanha revelam, a nível nacional, algumas das eleições mais instáveis dos países da Europa Ocidental entre 1945 e 2002 (Gunther, 2004: 39). Trata-se de um claro indicador do seu carácter e especificidade enquanto novos regimes democráticos, dentro dos quais os seus padrões de comportamento eleitoral ainda não se encontravam totalmente estabilizados. No entanto, depois de analisar a volatilidade eleitoral em cada eleição desde as primeiras eleições democráticas até 2002 (Gunther, 2004: 40), é possível afirmar que as eleições para o PE acabaram por ter apenas um efeito mínimo, ou praticamente nulo, sobre a instabilidade do comportamento eleitoral e, por conseguinte, ao nível da estabilização de cada um dos três sistemas partidários. No que se refere à VT, os mais elevados níveis de volatilidade ocorreram antes da realização das primeiras eleições europeias (e, de igual forma, em simultâneo, no caso da Grécia e de Portugal: em 1981 e 1987, respectivamente). Em termos de VB, o cenário é um pouco menos claro, embora basicamente semelhante. Em qualquer dos casos, as principais alterações ao nível dos sistemas partidários ocorreram antes (ou ao mesmo tempo) das primeiras eleições para o PE, e estavam essencialmente relacionadas com as mudanças verificadas ao nível da oferta política: na Grécia, em 1981 (o colapso da EDIK, a União do Centro Democrático e a ascensão do PASOK); em Portugal, em 1985 e 1987 (a ascensão e o colapso do PRD – o Partido Renovador Democrático, e a ascensão do PSD); em Espanha, em 1982 (com o colapso da UCD e a ascensão do PSOE).

TABELA 2. Votação nas Eleições Europeias e Legislativas Gregas (Regressões Logísticas): Estrutura Social, Prática Religiosa (Assistência à Missa), Auto-Posicionamento Esquerda-Direita e Voto

| Variáveis Independentes | Variável Dependente: Voto Passado nas Eleições Legislativas e Europeias | |
|--|---|-----------|
| | Legislativas 2004 | PE 2004 |
| Auto-Posicionamento na Escala Esquerda-Direita | 0,5740*** | 0,7553*** |
| Escolaridade | -0,0118 | 0,0351 |
| Classe Social Subjectiva | 0,4217** | 0,3062 |
| Filiação Sindical | -0,7188 | -0,7553 |
| Assistência à Missa | -0,1447 | 0,1770 |
| Pseudo R ² (Nagelkerke) | 47,4% | 59,9% |
| N | 411 | 500 |
| N Válido | 302 | 292 |

Fontes: dados elaborados pelos autores a partir do Inquérito sobre as Eleições Europeias de 2004.

¹⁾ Variável dependente: o voto nas eleições legislativas ou para o PE é recodificado como esquerda (0) e direita (1). O posicionamento dos partidos, em termos de esquerda ou direita, foi feito utilizando as percepções dos eleitores em relação à localização dos partidos na escala esquerda-direita.

²⁾ Variáveis independentes:

- a) Auto-posicionamento numa escala esquerda (1) -direita (10);
- b) Escolaridade: idade em que o eleitor parou de estudar (anos);
- c) Classe social subjectiva: da "classe trabalhadora" (1) até à "classe alta" (5);
- d) Filiação sindical: 0 – não; 1 – sim (o inquirido, um membro do seu agregado familiar ou ambos);
- e) Assistência à missa: de "nunca" (1) até "várias vezes por semana" (5).
- f) ***p < 0,01; **p < 0,05; *p < 0,1.

g) Devido à participação eleitoral diferencial, apenas os indivíduos que votaram nas eleições europeias foram incluídos nas eleições legislativas.

TABELA 3: Votação nas Eleições Europeias e Legislativas Portuguesas (Regressões Logísticas): Estrutura Social, Prática Religiosa (Assistência à Missa), Auto-Posicionamento Esquerda-Direita e Voto

| Variáveis Independentes | Variável Dependente: Voto Passado nas Eleições Legislativas e Europeias | |
|--|---|-----------|
| | Legislativas 2002 | PE 2004 |
| Auto-Posicionamento na Escala Esquerda-Direita | 0,5340*** | 0,3590*** |
| Escolaridade | 0,0025 | 0,0008 |
| Classe Social Subjectiva | 0,2237 | 0,2195* |
| Filiação Sindical | -0,5124 | -0,5527* |
| Assistência à Missa | 0,0449 | 0,1631 |
| Pseudo R ² (Nagelkerke) | 45,3% | 31,2% |
| N | 594 | 1000 |
| N Válido | 386 | 405 |

Fontes: consultar Tabela 2.

Notas: consultar Tabela 2; foram apenas considerados indivíduos com 21 anos de idade, ou mais, nas eleições legislativas de 2002 (tendo em conta que a pesquisa foi apresentada em 2004).

TABELA 4. Votação nas Eleições Europeias e Legislativas Espanholas (Regressões Logísticas): Estrutura Social, Prática Religiosa (Assistência à Missa), Auto-Posicionamento Esquerda-Direita e Voto

| Variáveis Independentes | Variável Dependente: Voto Passado nas Eleições Legislativas e Europeias | |
|--|---|-----------|
| | Legislativas 2004 | PE 2004 |
| Auto-Posicionamento na Escala Esquerda-Direita | 1,9287*** | 1,6774*** |
| Escolaridade | 0,0101 | 0,0153 |
| Classe Social Subjectiva | 0,0451 | -0,0979 |
| Filiação Sindical | 0,1634 | -0,2516 |
| Assistência à Missa | 0,5535** | 0,4924** |
| Pseudo R ² (Nagelkerke) | 82,8% | 78,7% |
| N | 745 | 1208 |
| N Válido | 497 | 526 |

Notas: Consultar Tabela 2.

Fontes: consultar Tabela 2.

A volatilidade agregada representa apenas uma medida bastante genérica e incipiente da própria mudança eleitoral, já que, por vezes, pode representar valores demasiadamente subestimados das mudanças efectivamente verificadas nas preferências políticas a nível individual: com efeito, podem existir bastantes alterações nas votações que acabam por se eliminar reciprocamente ao nível agregado. É por este motivo que pretendemos verificar se os níveis de ancoragem social e ideológica do voto partidário são, ou não, mais fracos nas eleições de segunda ordem do que nas eleições de primeira ordem, indicando assim uma maior probabilidade de alterações na tendência de voto entre a esquerda e a direita em eleições de segunda ordem. Porque pretendemos testar a propensão do eleitorado para atravessar essa cisão esquerda-direita, nas Tabelas 2, 3 e 4, utilizamos o voto em partidos da esquerda (0) e da direita (1) como a nossa variável dependente em cada tipo de eleição. Repare-se, a propósito, que apenas os indivíduos que votaram nas eleições europeias de 2004 é que estão incluídos na equação. As variáveis independentes são as seguintes: 1) vários indicadores da ancoragem social do apoio partidário entre a cidadania (consultar notas na Tabela 2), e 2) auto-posicionamento na escala esquerda-direita. Uma vez que a variável dependente é uma dicotomia, utilizaremos regressões logísticas.

Os resultados apresentados nas Tabelas 2, 3 e 4 demonstram que, às vezes, o voto se encontra mais ancorado nas eleições europeias do que nas eleições legislativas (Grécia); no entanto, por vezes, ocorre exactamente o contrário (Portugal e Espanha). Apenas no caso da Grécia e Portugal (Freire e Teperoglou, 2005), as mesmas comparações entre eleições legislativas e eleições para o PE durante um período mais extenso (1985/87-2004, respectivamente para a Grécia e para Portugal) conduziram-nos à seguinte conclusão: "as evidências de nível individual permitem-nos deduzir que,

por vezes, as pessoas revelam uma maior propensão para mudar os seus votos entre partidos/blocos ideológicos nas eleições europeias do que nas legislativas; noutras ocasiões, verifica-se exactamente o inverso. Portanto, é possível comprovar que estes fenómenos são principalmente dependentes da conjuntura política.”

Como consequência, podemos concluir o seguinte. Em primeiro lugar, os níveis de deserção/infidelidade eleitoral não são necessariamente mais elevados em eleições para o PE do que em eleições legislativas, porque os níveis de deserção/infidelidade eleitoral estão dependentes, em qualquer tipo de eleição, da própria conjuntura política. Em segundo lugar, os níveis mais elevados de deserção/infidelidade eleitoral no que diz respeito a eleições legislativas nas três novas democracias do Sul da Europa começaram antes (ou ao mesmo tempo) das primeiras eleições europeias. Consequentemente, estas últimas eleições não poderiam ter tido qualquer efeito significativo sobre o comportamento eleitoral desleal a nível nacional. Em terceiro lugar, as eleições para o PE tiveram apenas um efeito mínimo, ou praticamente nulo, sobre a instabilidade do comportamento eleitoral legislativo e, por isso mesmo, acabaram também por ter um efeito mínimo, ou praticamente nulo, sobre a estabilização dos sistemas partidários em cada um dos três países.

Eleições Europeias e Ciclos Eleitorais

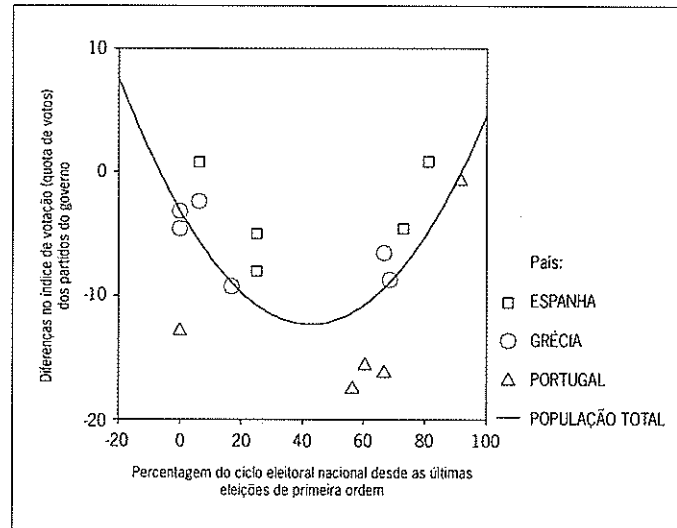
A hipótese em análise nesta secção consiste em saber se as eleições europeias são utilizadas pelos eleitores como uma forma de expressar o seu contentamento ou descontentamento com o governo nacional. Isto será feito através da comparação de resultados eleitorais agregados entre as eleições legislativas e as eleições europeias, durante diferentes períodos do ciclo eleitoral nacional, e utilizando como base de referência o índice de votação nos partidos governamentais nas anteriores (ou simultâneas) eleições de primeira ordem (Figura 3). Serão igualmente utilizadas regressões OLS (Tabela 5).

A variável dependente corresponde à diferença entre a percentagem de votos para o partido (ou partidos) que controla(m) o governo nacional entre as eleições de primeira ordem anteriores (ou simultâneas) e as eleições de segunda ordem posteriores (ou simultâneas).

A noção de ciclo eleitoral está relacionada com a ideia de que, durante quaisquer governos nacionais, existem ciclos de popularidade com consequências políticas diversas, consoante o período de tempo decorrido entre as eleições de primeira ordem e de segunda ordem (Marsh, 1998; Reif e Schmitt, 1980; Eijk e Franklin, 1996). Utilizamos uma medição contínua para a variável do ciclo eleitoral (“ciclo”): a percentagem de legislatura nacional decorrida desde a eleição nacional anterior (ou simultânea). A outra variável independente é “ciclo” * “ciclo” de forma a expressar uma função quadrática.

Quais são as consequências políticas esperadas para os governos nacionais nas eleições europeias realizadas durante as diferentes fases do ciclo eleitoral nacional? Para o período intermédio do ciclo eleitoral existe um consenso sólido na literatura disponível: os partidos governamentais tendem a perder votos nas eleições de segunda ordem (Marsh, 1998; Reif e Schmitt, 1980; Eijk e Franklin, 1996). Em termos do chamado período de lua-de-mel (normalmente dentro de 12 meses), há quem defenda que os governos nacionais acabam por receber um apoio maior ou idêntico durante as

FIGURA 3. Eleições Europeias e o Ciclo Eleitoral Nacional, 1981-2004



Fontes: consultar Figura 1 acima.

Nota: para os índices de votação (quota de votos) dos partidos do governo, considerámos apenas aqueles partidos com assento no Executivo (mesmo que o partido ou partidos no governo tenham recebido apoio extra-parlamentar de outros partidos).

TABELA 5. Testes Estatísticos do Ciclo Eleitoral na Grécia, Portugal e Espanha

| Sub-População | Constante | Ciclo | Ciclo*Ciclo | R sq | N |
|----------------------------|-----------|----------|-------------|-------|----|
| Grécia, Portugal e Espanha | -3,110 | -0,432** | +0,005** | 0,241 | 16 |
| | | 0,167 | 0,002 | | |
| Grécia | -3,119 | -0,348 | +0,004 | 0,376 | 6 |
| | | 0,211 | 0,003 | | |
| Portugal | -12,741 | -0,443** | +0,006** | | |
| | | 0,067 | 0,001 | 0,954 | 5 |

Nota: No caso de Espanha, usámos apenas a diferença entre o voto recebido pelo partido no governo e o seu apoio nas próximas eleições europeias (tal como na Figura 4).

Fontes: em termos de resultados eleitorais, os dados foram elaborados pelos autores a partir dos resultados eleitorais oficiais, disponíveis em www.vpes.gr, no caso da Grécia; www.cne.pt, no caso de Portugal; e http://electionresources.org/es/index_en.html e <http://www.elec2004.mir.es/>, no caso de Espanha.

eleições de segunda ordem, em comparação com as eleições de primeira ordem (Marsh, 1998; Reif e Schmitt, 1980). Outros defendem ainda que, uma vez que as eleições de segunda ordem realizadas durante o período de lua-de-mel dificilmente têm consequências para os governos nacionais, o mais certo é que, nessas circunstâncias, um maior número de eleitores revele uma significativa tendência para “votar com o coração”/“votos sinceros” (Eijk e Franklin, 1996). Contudo, os grandes partidos no governo e na oposição tenderão a perder apoio eleitoral para partidos mais pequenos em sistemas multipartidários. Finalmente, para alguns autores, o último período (37-48 meses) é caracterizado por uma certa recuperação na popularidade do governo nacional e, como tal, os partidos que controlam os executivos nacionais tenderão a perder menos votos do que nas eleições intercalares (Reif e Schmitt, 1980). No entanto, há quem defenda que, uma vez que as eleições de segunda ordem geralmente tendem a desempenhar melhor a sua função enquanto “marcadores da opinião pública” no que diz respeito ao apoio do governo, quanto mais próximas essas eleições estiverem das eleições de primeira ordem, maior a propensão dos votantes para “votar com os pés”/em protesto (Eijk e Franklin, 1996). Logo, os partidos no governo revelarão igualmente uma maior tendência para perder votos em eleições de segunda ordem, caso estas se realizem no último período do ciclo nacional.

Ao observar a Figura 3, verificamos que uma das supostas diferenças entre as eleições para o PE e as eleições nacionais (isto é, as perdas verificadas nos partidos líderes dos governos nacionais), é confirmada em quase todas as eleições europeias nos três países. Contudo, a magnitude das perdas na Grécia e em Espanha é, normalmente, mais limitada em comparação com Portugal. As duas situações em que não há perda, mas pelo contrário, verifica-se um ligeiro aumento na votação para os partidos no governo nacional ocorrem, tal como é esperado, durante o período de lua-de-mel (Espanha 2004: +0,87%), ou no último período (Espanha 1999: +0,95%). Independentemente das datas e alturas escolhidas para as eleições para o PE, todas as eleições europeias gregas mostram oscilações anti-governamentais.

Na Grécia, Portugal e Espanha (excepto em 2004), todas as eleições para o PE que se realizaram durante o período de lua-de-mel do governo representaram perdas de votos para os incumbentes (isto é, para aqueles que controlam o governo) (Figura 3). Além disso, no caso das eleições europeias de 1994, a punição aos governos nacionais grego (-9,23%) e espanhol (-7,99%) foi ainda maior do que quaisquer eleições europeias realizadas em período intercalar nestes dois países. É um dado adquirido que as perdas dos incumbentes durante o período de lua-de-mel serão, certamente, causadas pelo efeito do “voto sincero”. Porém, há pelo menos mais uma possibilidade: Brody (1991: 27-46) descobriu que os Presidentes do EUA que se encontravam no seu segundo mandato não tiveram uma verdadeira lua-de-mel em termos de popularidade durante os seus primeiros sete meses no cargo. Este é, provavelmente, um factor importante que contribui para as perdas de votação dos incumbentes nas eleições europeias que se realizaram durante o período de lua-de-mel: na Grécia, em 1989 e 1994 (o segundo e terceiro mandatos do PASOK, respectivamente), em Portugal, em 1987 (o segundo mandato do PSD), e em Espanha, em 1987 e 1994 (o segundo e terceiro mandatos do PSOE, respectivamente). Relativamente a este assunto, é especialmente relevante destacar que as enormes perdas dos incumbentes em 1994 ocorreram durante o terceiro mandato do PASOK e do PSOE.

Por último, passemos agora aos testes estatísticos relativos aos efeitos do ciclo eleitoral. Ao procurar explicar “a diferença no índice de votação (quota de votos) dos partidos governamentais”, com base na “percentagem do ciclo

eleitoral nacional decorrida desde as últimas eleições de primeira ordem”, para os três países, constatamos que as previsões do modelo de eleições de segunda ordem são alcançadas: efectivamente, os incumbentes perdem votos nas eleições para o PE. Além do mais, uma função quadrática (“ciclo * ciclo”) adapta-se perfeitamente aos dados: as perdas são superiores no período intercalar do que no período de lua-de-mel, ou nos últimos períodos. Comparando a Grécia com os outros dois países, é perceptível a diferença: o elemento cíclico é, na verdade, mais fraco e estatisticamente insignificante. Este resultado deve-se ao facto de a Grécia ter tido bastantes eleições para o PE em período de lua-de-mel (4/6), sendo que duas delas realizaram-se após o primeiro mandato do representante nacional no cargo.

Conclusões

Em 25 de Abril de 1974, Portugal iniciou a chamada “terceira vaga” da democratização à escala mundial (Huntington, 1993). Em breve, tanto a Grécia (Novembro de 1974), como a Espanha (1975) acabariam por se juntar a esta tendência. Assim, com efeito, os três países partilham uma herança de autoritarismo, que é muito mais longa no caso de Portugal e da Espanha, do que no da Grécia. Além disso, cada um destes três países realizou as suas primeiras eleições europeias entre sete a dez anos após as suas primeiras eleições democráticas. Por conseguinte, a questão principal subjacente à nossa investigação era a seguinte: que lições podem ser retiradas do estudo longitudinal (1981/87-2004) e comparativo sobre as eleições europeias nas novas democracias do Sul da Europa, no que diz respeito às inter-relações ao nível do comportamento eleitoral em eleições de primeira e segunda ordens, tanto para as democracias estabelecidas, como para as democracias em consolidação? Mais especificamente, que lições podem ser retiradas deste estudo para as oito democracias pós-comunistas que aderiram à UE em 2004? Acima de tudo, queríamos avaliar o impacto do comportamento eleitoral em eleições para o PE ao nível da estabilização da ancoragem do voto partidário nas novas democracias. Nas novas democracias, sobretudo nas primeiras décadas dos novos regimes, este pode ser um dado perturbador para a consolidação da ancoragem do voto partidário e, conseqüentemente, para a estabilização do próprio sistema partidário. Assim, ao estudarmos as “novas” democracias do Sul da Europa, ao longo das suas primeiras três décadas de democracia, pretendemos retirar algumas lições sobre o impacto das eleições para o PE na estabilização da ancoragem do apoio partidário nas novas democracias, algo que pode, de alguma forma, revelar-se útil para os estados-membros pós-comunistas. Além disso, o modelo de eleições de segunda ordem não faz quaisquer previsões sobre o estabelecimento de inter-relações a longo prazo entre o comportamento eleitoral nas eleições nacionais e europeias. De facto, esta é outra razão que nos leva a considerar o nosso estudo inovador face aos estudos anteriores. Aliás, segundo sabemos, o único estudo longitudinal sobre este assunto (Caramani, 2006) centrava-se apenas em medidas de volatilidade ao nível agregado.

Relativamente aos impactos a curto e a longo prazo dos factores nacionais sobre o comportamento eleitoral em eleições para o PE, consideramos importante mencionar várias conclusões. Na Grécia, Portugal e Espanha, o modelo de eleições de segunda ordem serve para explicar as relações entre os factores nacionais e as eleições europeias. Em primeiro lugar, com a excepção parcial da Espanha, os partidos políticos têm uma *performance* diferente nas eleições

legislativas e europeias: os maiores partidos têm um melhor desempenho em eleições de primeira ordem do que nas eleições para o PE; verifica-se precisamente o inverso no caso dos partidos médios, médios/pequenos e pequenos. Até a própria excepção parcial da Espanha foi explicada pelo impacto dos factores nacionais nas eleições europeias: o declínio a longo prazo dos partidos de média/pequena dimensão (o PCE/IU e o CDS) a nível nacional acabou por ser adiado e, até mesmo aprofundado, nas eleições de segunda ordem. Além do mais, os partidos regionalistas espanhóis, de pequena dimensão, embora de elevada importância, são beneficiados pelo sistema eleitoral legislativo, devido à concentração de votos a nível regional. Sublinhe-se, entretanto, que este factor não é visível nas eleições europeias (de facto, muito pelo contrário). Em segundo lugar, os incumbentes (isto é, os partidos que controlam o governo) perdem votos nas eleições para o PE, sobretudo quando essas eleições ocorrem a meio do ciclo eleitoral. Contudo, essas perdas podem também ser relevantes durante o período de lua-de-mel se o partido (ou partidos) que apoia(m) o governo nacional no activo não se encontra(m) no seu primeiro mandato.

Schmitt (2005) traçou uma imagem bem diferente das oito democracias pós-comunistas em consolidação que, em 2004, participaram pela primeira vez nas eleições europeias: primeiro, o formato do sistema partidário não era significativamente diferente nas eleições legislativas e europeias; depois, não foi encontrado qualquer efeito no ciclo eleitoral. Assim sendo, por que é que existem estas diferenças entre as democracias pós-comunistas em consolidação e o grupo formado pela Grécia, Portugal e Espanha? Em primeiro lugar, devemos ter algum cuidado ao fazer esta comparação, porque só uma vez é que houve eleições europeias no primeiro grupo de países. Tendo isto bem presente na nossa mente, podemos, contudo, apontar os diferentes níveis em termos de institucionalização do sistema partidário, respectivamente, no Sul da Europa e na Europa Central e de Leste (mesmo que a situação na Europa Central e de Leste não seja homogénea, apresentando alguns sistemas mais estabelecidos e consolidados do que outros), como uma explicação que necessita de ser desenvolvida em estudos futuros: na altura das primeiras eleições europeias, os níveis de institucionalização dos sistemas partidários eram significativamente elevados no anterior grupo de países em relação a este último.

Talvez uma das principais lições a retirar deste estudo sobre as três democracias do Sul da Europa, no que diz respeito ao impacto dos factores nacionais no comportamento eleitoral europeu, seja o facto de que, esse impacto, não é algo que apenas existe a curto prazo, mas que também revela uma natureza a longo prazo. Ao comparar as eleições legislativas e europeias em termos das tendências relacionadas com o "número efectivo dos partidos eleitorais" (NEPE), concluímos que, tanto para Portugal como para Espanha, o sentido maioritário do sistema partidário durante as eleições legislativas, em vigor desde finais dos anos 80/princípios dos anos 90, acaba por se reflectir também nas eleições para o PE. Além disso, as eleições europeias parecem estar a perder o seu carácter distintivo em relação às eleições de primeira ordem: efectivamente, as diferenças no NEPE estão a atenuar-se em ambos os países. Embora o significativo alastramento de uma tendência maioritária das eleições legislativas para as europeias, aliás constatado em Portugal e Espanha, não tenha sido previsto no modelo de eleições de segunda ordem, a verdade é que este fenómeno pode, contudo, ser integrado no âmbito desse enquadramento teórico: partindo do princípio de que alguns partidos perdem a sua força na mais importante arena política (a nível nacional), este facto tenderá a contaminar outros níveis de poder (europeu). Por conseguinte, acreditamos que os estudos futuros sobre as eleições de segunda ordem deverão investigar,

noutros países, este impacto a longo prazo dos factores nacionais sobre as eleições para o PE, nomeadamente em termos do formato do sistema partidário.

Estes resultados são, de alguma forma, paralelos/semelhantes aos encontrados por Caramani (2005): este autor concluiu que, exceptuando os casos com um “diferencial elevado” (Dinamarca, França, Áustria, Suécia, Grã-Bretanha, Alemanha e Irlanda), os níveis de volatilidade entre as eleições europeias e as nacionais (“Volatilidade mista”) face à volatilidade em eleições nacionais eram relativamente baixos. Todos estes resultados sugerem que um dos principais problemas com o modelo de eleições de segunda ordem é que este procura, essencialmente, explicar os diferenciais do comportamento eleitoral entre as eleições nacionais e as eleições para o PE, muito embora, à excepção de alguns países, estes diferenciais sejam normalmente pequenos. Deste modo, e em estudos futuros, seria porventura necessário centrarmos mais a nossa atenção na explicação para a ausência de grandes diferenças entre o voto nas eleições europeias e nacionais.

A segunda principal lição a retirar é especialmente importante para as democracias em consolidação. Refere-se ao impacto a longo prazo do comportamento eleitoral em eleições para o PE ao nível da ancoragem do voto partidário na política eleitoral nacional e encontra-se relacionada com as três grandes conclusões deste artigo. Em primeiro lugar, os níveis de deserção/infidelidade eleitoral não são necessariamente mais elevados nas eleições europeias do que nas eleições legislativas, precisamente porque, em qualquer dos casos, estão dependentes das respectivas conjunturas políticas. Em segundo lugar, os níveis mais elevados de deserção/infidelidade eleitoral nas eleições legislativas na Grécia, Portugal e Espanha começaram antes (ou ao mesmo tempo) das primeiras eleições para o PE; conseqüentemente, as últimas eleições não poderiam ter qualquer impacto significativo ao nível desse comportamento eleitoral desleal a nível nacional. Em terceiro lugar, as eleições europeias tiveram apenas um efeito mínimo, ou praticamente nulo, na instabilidade do comportamento eleitoral legislativo e, por conseguinte, acabaram por ter um efeito mínimo, ou praticamente nulo, na estabilização dos sistemas políticos e partidários em cada um destes três países.

A principal lição a extrair para as oito democracias pós-comunistas⁷ em consolidação é a seguinte: devido à sua natureza de segunda ordem, as eleições para o PE não parecem ter um efeito assim tão grande sobre o comportamento desleal em eleições legislativas, nem tampouco sobre a estabilidade ou sobre a institucionalização dos sistemas políticos e partidários nas novas democracias. Contudo, estes efeitos foram analisados nas novas democracias que, na altura das suas primeiras eleições europeias, já tinham um sistema partidário quase totalmente estabilizado. Os efeitos do comportamento eleitoral nas eleições europeias sobre as eleições legislativas podem, no entanto, ser diferentes nos sistemas políticos em que o sistema partidário ainda não esteja (totalmente) estabilizado. Por esta razão, continua a ser necessário mais investigação sobre este assunto, sendo que os novos estados-membros pós-comunistas poderão representar excelentes laboratórios para a sua realização. Além disso, nas novas democracias do Sul da Europa, tanto a semelhança em termos de formato do sistema partidário entre as eleições nacionais e europeias, como a ausência de impacto das taxas de deserção/infidelidade eleitoral em eleições europeias sobre a ancoragem do apoio partidário entre a cidadania, pode ser explicadas devido aos reduzidos níveis de Eurocepticismo (Eijk e Franklin, 2004) que são partilhados na arena europeia. No entanto, a situação pode ser bem diferente, pelo menos nalguns novos estados-membros de leste, onde o Eurocepticismo é mais generalizado (Taggart & Szczerbiak 2004).

¹ Na realidade, se considerarmos pelo menos as taxas de participação eleitoral, as eleições para o PE podem, até, ser mesmo consideradas eleições de terceira ordem. Consideraremos apenas o exemplo das três novas democracias da Europa do Sul. Entre 1987 e 2004, a taxa média de participação eleitoral em eleições locais (Grécia: 72,33%; Portugal: 61,5%; Espanha: 66,7%) foi muito mais elevada do que as taxas médias de participação eleitoral nas eleições europeias (Grécia: 68,22%; Portugal: 47,7%; Espanha: 58,1%). Isto verificou-se especialmente em Portugal e Espanha, onde não existe o voto obrigatório, o que nos leva a considerar estas eleições como de terceira ordem.

² Relativamente à definição de “limiar efectivo”, consultar Lijphart, 1994: 45-46 e 63-70.

³ Para localizar a evolução de cada um dos quatro maiores partidos portugueses, e para comparar o desempenho dos partidos grandes e médios/pequenos nos diferentes tipos de eleições, em ambos os países, utilizámos as mesmas regras apresentadas por Freire (2004) no que se refere à decomposição dos votos nas coligações portuguesas.

⁴ É importante referir que o número de partidos que se candidata a cada um dos dois tipos de eleições (legislativas e europeias) tem sido similar na Grécia e em Portugal. O mesmo já não se pode dizer em relação à Espanha: o número absoluto de partidos que se candidata foi sempre muito mais elevado nas eleições legislativas do que nas eleições para o PE. Esta diferença ocorre devido ao facto de os partidos pequenos (normalmente regionalistas) e os partidos médios/pequenos normalmente se candidatarem coligados às eleições europeias, embora não (com tanta frequência) às eleições legislativas. Contudo, se considerarmos apenas os partidos/coligações mais relevantes (com pelo menos um assento no Parlamento e/ou 1% dos votos a nível nacional), o número de partidos que se candidata a cada um dos tipos de eleições foi também muito semelhante em Espanha, embora tenha sido um pouco mais elevado nas eleições legislativas.

⁵ O NEPP, Número Efectivo de Partidos Parlamentares (isto é, o índice baseado no número de assentos para cada partido, e não baseado no índice dos votos nos partidos e coligações) foi o seguinte: para as eleições legislativas de 1989, 1993, 1996, 2000 e 2004: 2,9; 2,7; 2,7; 2,5 e 2,5, respectivamente; para as eleições para o PE de 1987, 1989, 1994, 1999 e 2004: 3,2; 3,6; 3,0; 3,1 e 2,4 (Lobo, 2005: 30). Por conseguinte, podemos igualmente afirmar que, em 2004, em termos de NEPP, o número foi mais baixo nas eleições europeias do que nas legislativas (pela primeira vez desde 1987).

⁶ Os testes apropriados realizados (o teste t para amostras emparelhadas) mostraram que as diferenças no desempenho dos partidos são sempre significativas, apesar de terem uma maior proporção no caso grego.

⁷ Existe uma diferença importante entre as primeiras eleições europeias que se realizaram na Grécia (81,5% – votos obrigatórios), em Portugal (51,28% para as segundas eleições europeias no país, porque as primeiras realizaram-se ao mesmo tempo que as eleições legislativas nacionais) e em Espanha (68,52%), em relação às eleições europeias de 2004 nos oito países pós-comunistas (taxa média de participação eleitoral: 31,0%): verificou-se uma participação eleitoral muito mais elevada nos três primeiros países do que neste último grupo. Contudo, a participação eleitoral não é um tópico analisado neste artigo. Assim sendo, qualquer explicação direccionada para esclarecer esta enorme diferença é, claramente, uma questão aberta para investigações futuras.

Referências Bibliográficas

- Bartolini, S. & Mair, P. (1990) *Identity, Competition and Electoral Availability: The Stabilization of European Electorates, 1885-1985*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Brody, R. (1991) *Assessing the President. The Media, Elite Opinion, and Public Support*, Stanford: Stanford University Press.
- Bruneau, T., et. al. (2001) ‘Democracy, Southern European Style’, em N. Diamandouros /R. Gunther (eds.), *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*, Baltimore: The John Hopkins University Press, pp. 16-83.

- Caramani, D. (2006) "Is there a European electorate and what does it look like? Evidence from electoral volatility measures, 1976-2004", *West European Politics*, 29 (1), pp. 1-27.
- Colomé, G. (2005) "Espanha", in Y. Déloye (ed.), *Dictionnaire des Élections Européennes*, Paris: Economica, pp. 238-242.
- Déloye, Y. (ed.) (2005), *Dictionnaire des Élections Européennes*, Paris: Economica.
- Eijk, C. van der & M. Franklin (eds.) (1996) *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*, Michigan University Press, Ann Arbor/Michigan: Michigan University Press.
- Eijk, Cees van der & Mark N. Franklin (2004) "Potential for Contestation on European Matters at National Elections in Europe", in Gary Marks & Marco R. Steenbergen (eds), *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 32-50.
- Espindola, R. & Garcia, F. (2005) 'Spain', in J. Lodge (ed.), *The 2004 Elections to the European Parliament*, Houndmills: Palgrave Macmillan, pp. 230-8.
- Franklin, M. (2005) 'The Fading Power of National Politics to Structure Voting Behaviour in Elections to the European Parliament', artigo apresentado na "Conference on the 2004 European Elections, Central European University, Budapeste, 21e 22 de Maio de 2005 (disponível em www.ees-homepage.net/papers).
- Freire, A. (2004) 'Second Order Elections and Electoral Cycles in Democratic Portugal', *South European Society & Politics*, 9 (3).
- Freire, A., and Teperoglou, E. (2005) 'European Elections and Electoral Cycles in Greece and Portugal, 1981/87-2004', artigo apresentado na "Conference on the 2004 European Elections, Central European University, Budapeste, 21e 22 de Maio de 2005 (disponível em www.ees-homepage.net/papers).
- Gunther, R. (2004) 'As Eleições Portuguesas em Perspectiva Comparada: Partidos e Comportamento Eleitoral na Europa do Sul', in A. Freire, et. al. (eds.): *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-86.
- Huntington, Samuel (1993) *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma Press.
- Kavakas, D. (2005) 'Greece', in J. Lodge (ed), *The 2004 Elections to the European Parliament*, Houndmills: Palgrave Macmillan, pp. 131-7.
- Lijphart, A. (1994, 1995) *Sistemas Electorales y Sistemas de Partidos*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.
- Lobo, M. C. (2005) 'As Eleições de 2004 para o Parlamento Europeu em Espanha e Portugal', *Eleições*, 8, Lisboa: STAPE, pp. 19-31.
- Lodge, J. (ed) (2005) *The 2004 Elections to the European Parliament*, Houndmills: Palgrave Macmillan.
- Lopes, F. Fareló & A. Freire (2002): *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Uma Introdução*, Lisboa: Celta.
- Lyrantzis, C. (1984): "Political Parties in Post-Junta Greece: a Case of "Bureaucratic Clientelism", *West European Politics*, 7/2, pp. 99-117.
- Magone, J. M. (2005) 'Portugal', in J. Lodge (ed), *The 2004 Elections to the European Parliament*, Houndmills: Palgrave Macmillan, pp. 210-7.
- Marsh, M., (1998) 'Testing the Second-Order Election Model after Four European Elections', *British Journal of Political Science*, 28, pp. 591-607.
- Mavrogordatos T. G. (1984) 'The Greek Party System: a Case of Limited but Polarized Pluralism?' in Bartolini, S. and Mair, P. (eds.) *Party Politics in Contemporary Western Europe*, Londres.

- Montero, José Ramón (1994) 'Sobre las Preferencias Electorales en España: Fragmentación y Polarización (1977-1993)', in Pillar Del Castillo (ed.), *Comportamiento Político y Electoral*, Madrid: CIS, pp. 51-124.
- Montero, José Ramón (1998) 'Sobre el Sistema Electoral Español: Rendimientos Políticos y Criterios de Reforma', in Juan Montabes (ed.), *El Sistema Electoral a Debate. Veinte Años de Rendimientos del Sistema Electoral Español (1977-1997)*, Madrid: Parlamento de Andalucía & CIS, pp. 37-70.
- Nicolakopoulos, I. (1989) *Introduction to the Theory and Practice of the Electoral Systems*, Athens-Komotini: Sakkoulas (em Grego).
- Reif, K. & H. Schmitt, H. (1980) 'Nine Second-Order National Elections: a Conceptual Framework for the Analysis of European Election Results', *European Journal of Political Research* 8/1, pp. 3-44.
- Schmitt, H (2005) "The European Parliament Elections of June 2004: Still Second Order?"(Brevemente na *West European Politics*, disponível em www.ees-homepage.net/papers).
- Taggart, Paul & Aleks Szczerbiak (2004) "Contemporary Euroskepticism in the Party Systems of European Union Candidate States of Central and Eastern Europe", *European Journal of Political Research*, 43 (?), 1-27.
- Verney, S. (1990) "Between Coalition and One-Party Government: the Greek Elections of November 1989 and April 1990", *West European Politics*, 13/4, pp. 131-138.

Apêndice

TABELA A.1. Partidos individuais na Grécia, Espanha e Portugal 1981-2005

| | Acrónimo do partido | Nome original do partido | Tradução do nome do partido | Partido no governo desde 1981 |
|----------|---------------------|--|--------------------------------------|--|
| Grécia | ND | Nea Dimokratia | Nova Democracia | 1989i (com o KKE, SYN), 1989ii (com o PASOK, KKE, SYN), 1990, 2004 |
| | PASOK | Panellinio Sosialistiko Kinima | Movimento Socialista Pan-Helénico | 1981, 1985, 1989ii (com a ND, KKE, SYN), 1993, 1996, 2000 |
| | KKE | Kommounistiko Komma Elladas | Partido Comunista Grego | 1989i (com a ND, SYN), 1989ii (com a ND, PASOK, SYN) |
| | SYN | Synaspismos | Coligação da Esquerda e do Progresso | 1989i (com a ND, KKE), 1989ii (com a ND, PASOK, KKE) |
| Espanha | PSOE | Partido Socialista Obrero Español | Partido Socialista Espanhol | 1982, 1986, 1989, 1993 (com a CiU, PNV), 2004 (com a IU, ERC) |
| | PP | Partido Popular | Partido Popular | 1996 (com a CiU, PNV, CC), 2000 |
| | IU | Izquierda Unida | Esquerda Unida | 2004 (com o PSOE, ERC) |
| | CiU | Convergència i Unió | Convergência e União da Catalunha | 1993 (com o PSOE, PNV), 1996 (com o PP, PNV, CC) |
| | PNV | Euzko Alderdi Jeltzalea – Partido Nacionalista Vasco | Partido Nacionalista Basco | 1993 (com o PSOE, CiU), 1996 (com o PP, CiU, CC) |
| | HB | Herri Batasuna | Herri Batasuna | |
| | ERC | Esquerra Republicana de Catalunya | Esquerda Republicana da Catalunha | 2004 (com o PSOE, IU) |
| | BNG | Bloque Nacionalista Galego | Bloco Nacionalista Galego | |
| | CC | Coalicion Canaria | Coligação Canária | 1996 (com o PP, CiU) |
| Portugal | PS | Partido Socialista | Partido Socialista | 1983 (com o PSD), 1995, 1999, 2005 |
| | PSD | Partido Social Democrata | Partido Social Democrata | 1983 (com o PS), 1985, 1987, 1991, 2002 (com o CDS) |
| | PCP | Partido Comunista Português | Partido Comunista Português | |
| | CDS | Centro Democrático Social | Centro Democrático Social | 2002 (com o PSD) |

Nota: O ano de eleições; entre parêntesis estão mencionados os partidos que se coligaram.

Fontes: dados elaborados e coligidos pelos autores a partir dos resultados eleitorais oficiais, disponíveis em www.ypes.gr (no caso da Grécia), www.mir.es (no caso da Espanha), e www.stape.pt (no caso de Portugal).